

Ata de Reunião		
Dados Gerais		
Data: 31/07/2018	Local: Escritório da Petrobras em Santos/SP - EDISA	Horário: 14:00 às 17:00h
Objetivo: Reunião sobre esclarecimentos a respeito dos questionamentos constantes no OF DE nº 162/2017 – Informação Técnica GT Presal Etapa 3 – nº 01/2018.		

Registros

A PETROBRAS recebeu o Ofício DE nº 162/2017, emitido pela Fundação Florestal, que encaminha a Informação Técnica AT/DE-LIC Nº 001/2018, a qual solicita estudos complementares nos termos da Resolução Conama nº 428/2010, para subsidiar o processo de licenciamento ambiental da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-sal da Bacia de Santos – ETAPA 3.

Em 21 de maio de 2018, a Petrobras recebeu o Ofício nº 170/2018 COPROD/CGMAC/DILIC-IBAMA, referente ao encaminhamento de documentos recebidos durante as audiências públicas e manifestações enviadas ao IBAMA por escrito. Para algumas dessas manifestações, inclusive a Fundação Florestal, que emitiu também a IT GT Presal nº 001/2018, foi solicitado que a Petrobras respondesse diretamente ao proponente e enviasse a cópia para o Ibama.

Em 17 de julho de 2018 foi protocolada, na Fundação Florestal, a resposta ao referido ofício por meio da carta UO-BS/SMS/MA 0070/2018.

Em 31 de julho de 2018 às 14:00 horas, foi realizada no Centro de Operações Integradas da Petrobras em Santos/SP, reunião referente aos esclarecimentos a respeito dos questionamentos constantes no OF DE nº 162/2017 e Informação Técnica GT Presal Etapa 3 – nº 01/2018.

O gerente de meio ambiente Marcos Vinicius de Mello realizou apresentação com os esclarecimentos relativos aos temas listados abaixo:

- Transporte de Petróleo

Apresentadas as justificativas para não inclusão dessa atividade no escopo do licenciamento da Etapa 3, o que foi compreendido pelos representantes da Fundação Florestal.

- Interferência na atividade pesqueira artesanal pelo vazamento de óleo no mar

Concordância com a visão da Fundação Florestal sobre o impacto no estoque pesqueiro no caso de um vazamento de óleo de grandes proporções;

- Critérios para definição da área de estudo

Necessidade de focar para definir municípios a serem estudados, o que está de acordo com o TR 11/2015. Questionado pela Fundação Florestal como a metodologia de análise prioriza as áreas mais sensíveis para definição da área de estudo e respondido pela Petrobras e Mineral que foi feita a análise de significância no referido capítulo. Além disso, foi destacado pela Mineral a relevância do estudo de Vulnerabilidade Ambiental, que na verdade é o instrumento para orientar as ações de contingência em casos de vazamento de óleo, por exemplo.

- Impactos potenciais x efetivos

Acatada a decisão do Ibama de enquadrar os impactos de introdução de espécies exóticas invasoras, albaroamento de cetáceos e perda de petrecho de pesca para efetivos.

- Introdução de espécies exóticas invasoras

Inclusão do PCPEX e apresentados seus objetivos principais.

- Análise de risco ambiental – inclusão do cenário de blowout

Concordância com a Fundação Florestal e revista a APR Ambiental, bem como todo o capítulo de Análise de Riscos Ambientais.

- Área de estudo e Área de influência do meio socioeconômico.

Apresentadas as tabelas com o resumo dos municípios que fazem parte tanto da área de estudo quanto da área de influência. Destacado o fato de que Iguape e Ilha Comprida não estão sendo incluídos devido à baixíssima interferência no recebimento de royalties esperados pelo TLD de Sagitário. Apresentado à Fundação Florestal os valores recebidos por esses municípios nos últimos anos, sendo que Cananeia (o município confrontante – zona de produção primária) tem recebido menos que seus vizinhos. Na ocasião da produção temporária no TLD de Sagitário, Cananeia receberia x, sendo que Iguape e Ilha Comprida uma porcentagem muito menor. Por se tratar de um empreendimento de até 6 meses, por ser uma baixa produção, portanto menor arrecadação de royalties e participação especial, a arrecadação dos municípios de mesma área geoeconômica de Cananeia não implicaria o aumento da arrecadação tributária como um todo.

Durante a apresentação os participantes da Fundação Florestal puderam fazer alguns questionamentos quanto aos itens supracitados. Após os esclarecimentos feitos a reunião foi encerrada às 16h30.

Em complemento a esta ata de reunião, segue em anexo a apresentação realizada e a lista dos participantes.

Ação	Responsável
Envio, por e-mail, da Apresentação da Petrobras utilizada na reunião.	Petrobras

LISTA DE PRESENÇA





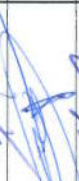









Reunião com Fundação Florestal

Data: 31/07/2018

Horário: 14h00

Local: Petrobras - Edisa - Santos SP

Pauta: Esclarecimentos a respeito dos questionamentos constantes no OF DE nº162/2018- Informação Técnica GT Presal Etapa 3-Nº 01/2018

NOME	Função/Instituição	E-mail	Assinatura
George de Andrade	AT/DAS/EF	gagmeirese@florestal.sp.gov.br	
Nathalia e a Brato	FF	rdbratone.coronaria@florestal.sp.gov.br	
Kauna de Toledo Bunnader	FF/DE	kauna@florestal.sp.gov.br	
Maida O. Macedo	FF/APAC	maidaom@florestal.sp.gov.br	
Carlos Roberto de Moura Jr.	FF/APAC	carlos.junior@florestal.sp.gov.br	
Fernã Cabana	Coordenador	fernandoc@florestal.sp.gov.br	
Samuel Balamim	FF/APAMLS	samuel.balamim@hotmail.com	
Letícia Duarte	FF/APAMLS	capamauibalsp@gmail.com	
Lucila Pinardi Vianna	FF/DAN	lucilapinardi@gmail.com	
Marcio Jose da Silva	FF/ODDMU	apammarcio@vot@gmail.com	
Felipe Voltravelli da Silva	FF/DE	felipevoltravelli@gmail.com	
Penro Sammeiro	TEMA TECH	penro.sammeiro@TEMA.TECH.COM	
João Estevão de Araújo Nogueira	FF/PEMUS	PEM.ARAOESTEVAN@PEMUS.COM	
Lucas Citeze Candido	MONITOR FF/PEIA	lucasciteze@gmail.com	

LISTA DE PRESENÇA




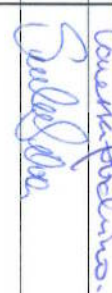
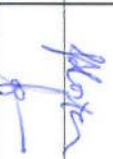








Reunião com Fundação Florestal

Data: 31/07/2018

Horário: 14h00

Local: Petrobras - Edisa - Santos SP

Pauta: Esclarecimentos a respeito dos questionamentos constantes no OF DE nº162/2018- Informação Técnica GT Presal Etapa 3-Nº 01/2018

NOME	Função/Instituição	E-mail	Assinatura
Priscila David Moreira	FF/PEIA / Diret. de UC	prisciladavid@gmail.com	
Ricardo Lacerde Romero			
Ricardo Lacerde Romero	FF/NSS - Resm / chefe UC	resm.nss@petrobras.com.br	
Manoel Messias dos Santos	FF/RUS / Gestor.	manueldosantos44@hotmail.com	
Norma Lacerde	RDS Bernardino - FF	vcardel2004@hotmail.com	
Suelen Caroline da Silva	APAMC/ER	carolina.suelen@gmail.com	
Julia Oton Costa	APAMC/FF	gualacosta@hotmail.com	
Maria de C. T. Lança	APAMC/FF	mariafernandalanza@yahoo.com.br	
Carlos Gonçalves Belussi	Petrobras / UODS/mgna	carlos.belussi@petrobras.com.br	
Fabiana Bonini	Mineral Eng.	fabiana@mineral.eng.br	
Guilherme Lauender	Mineral	guilhermelauender@mineral.eng.br	
Vinicius Vandermine	Petrobras/Analise Amb.	vinicius.vandermine@petrobras.com.br	
Thiago Alves	Petrobras / UO-35/mgna	thiagoalves@petrobras.com.br	
João C.C. Milaneli	Mineral	joaomilaneli@gmail.com	

Lista de Presença
Reunião com Fundação Florestal

Data: 31/07/2018

Horário: 14h00

Local: Petrobras – Edisa Valongo – Santos/SP

NOME	EMPRESA	EMAIL	TELEFONE
Estelina Pereira	Petrobras	estelina.pereira@petrobras.com.br	3249 4140 (11)
Anna Carolina Neri	Petrobras/VO-BS	carolinaneri@petrobras.com.br	3249-4147
Luciana de Melo Alves Rodrigues	Petrobras/VO-BS	luciana.alves@petrobras.com.br	3249-4147
Larissa de Aguiar	Petrobras/VO-BS	larissa.aguiar@petrobras.com.br	3249-4110
CARLOS ABRAHAM DE MENEZES	PETROBRAS/VO-BS	carlos.abraham@petrobras.com.br	
Carlos Alexandre Henrique Miranda	Petrobras/FALCO BUCAR VO BS	alexandre.miranda.falco_bucar@petrobras.com.br	3243 4150
Barbara Frates Carpegiani	Petrobras/VO-BS	bcarpegiani@petrobras.com.br	3249-4111
Mariana Luiza Loustau	Petrobras/VO-BS	mlousta@petrobras.com.br	3249-4137
Adriana Viciu da Nello	Gabehran	adriana.viciu@petrobras.com.br	3249 4158

ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ETAPA 3

Santos - SP
31 de julho de 2018



EMPREENDIMENTOS - ETAPA 3



PROJETOS DE CURTA DURAÇÃO:

- 1 TLD
- 9 SPAs
- 1 Piloto de curta duração



PROJETOS DE LONGA DURAÇÃO

- 11 Desenvolvimentos da Produção
- 1 Piloto de longa duração



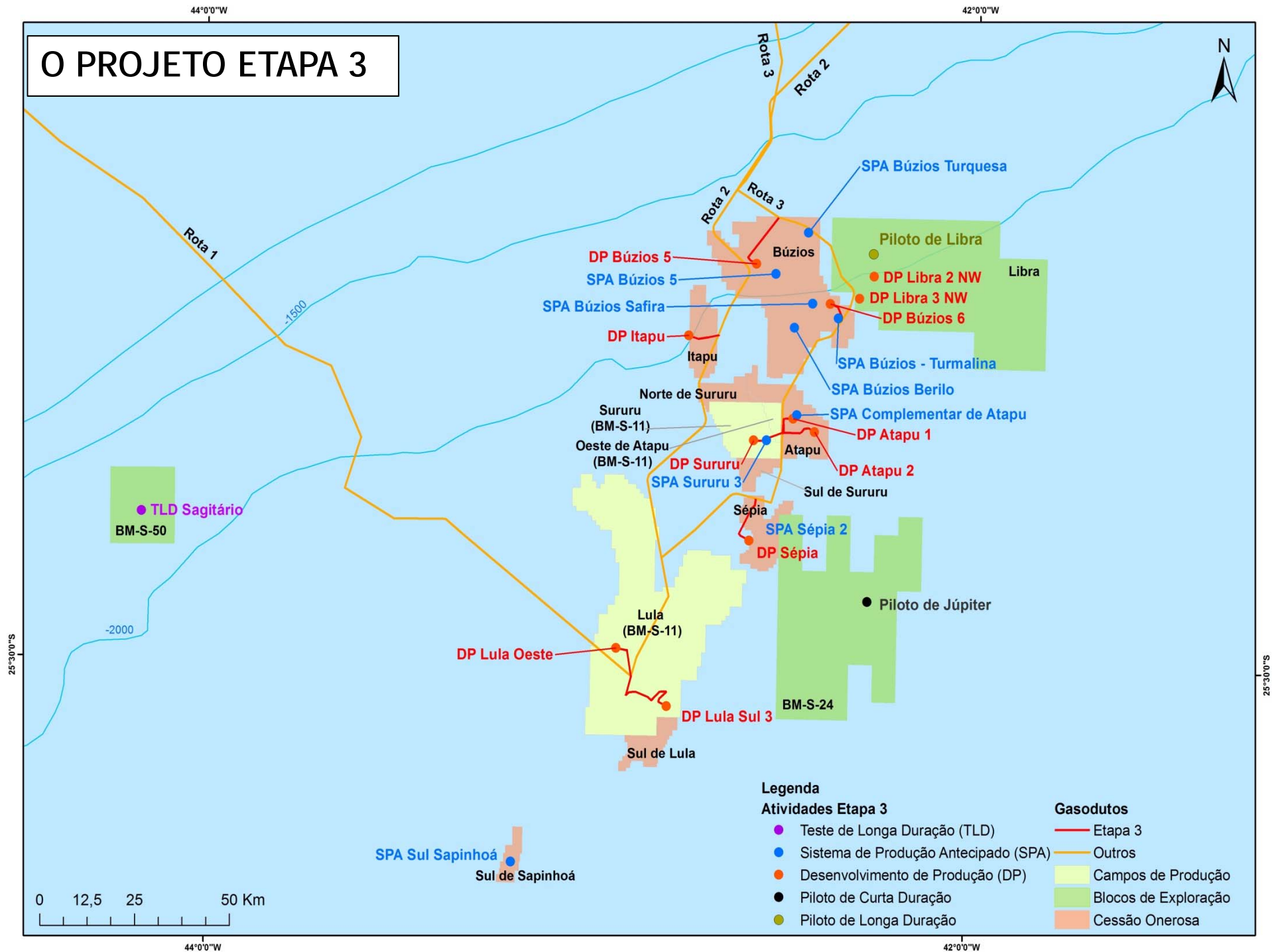
TLD: Teste de Longa Duração

SPA: Sistema de Produção Antecipada

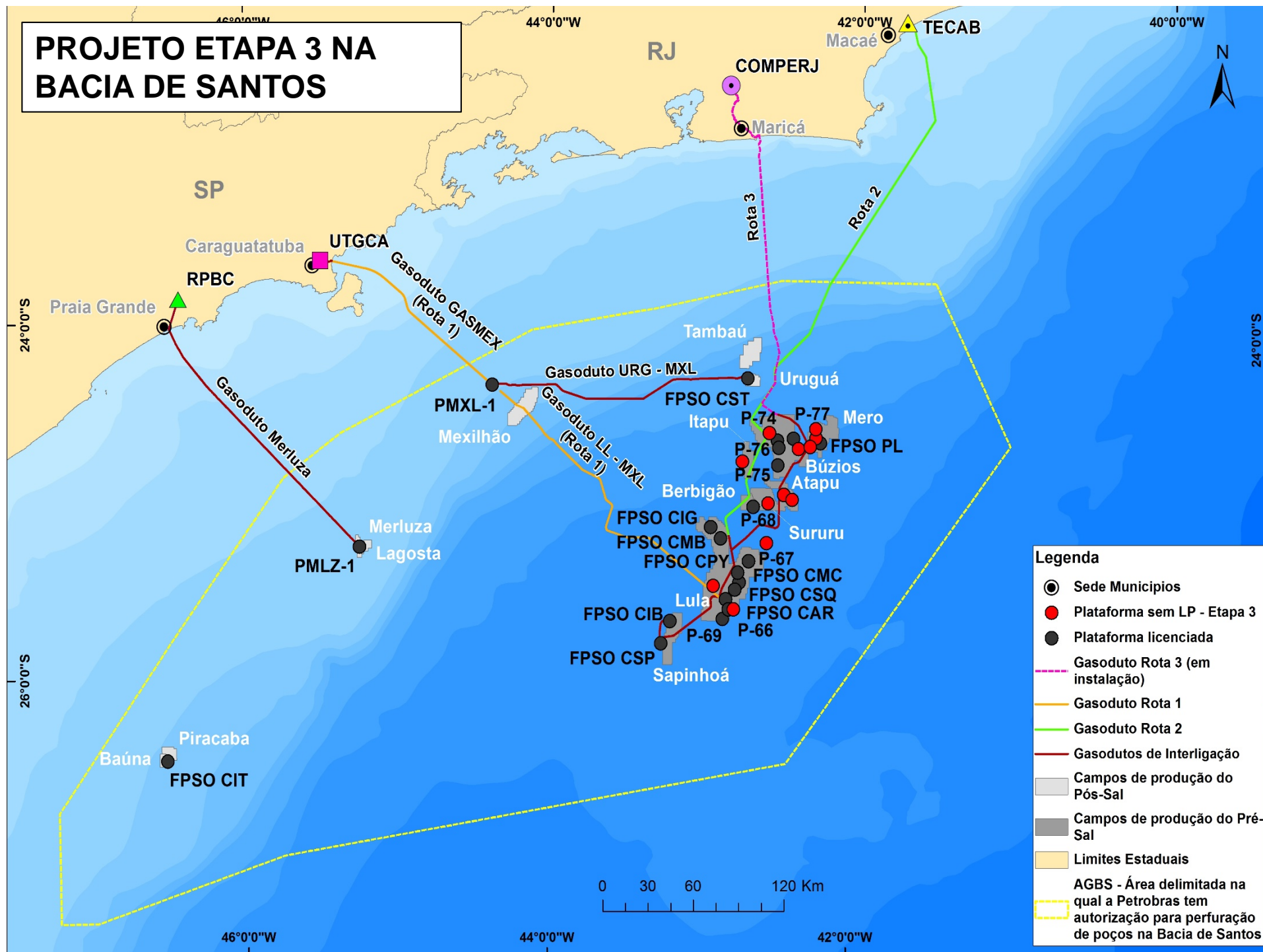


UO-BS/SMS/MA

O PROJETO ETAPA 3



PROJETO ETAPA 3 NA BACIA DE SANTOS



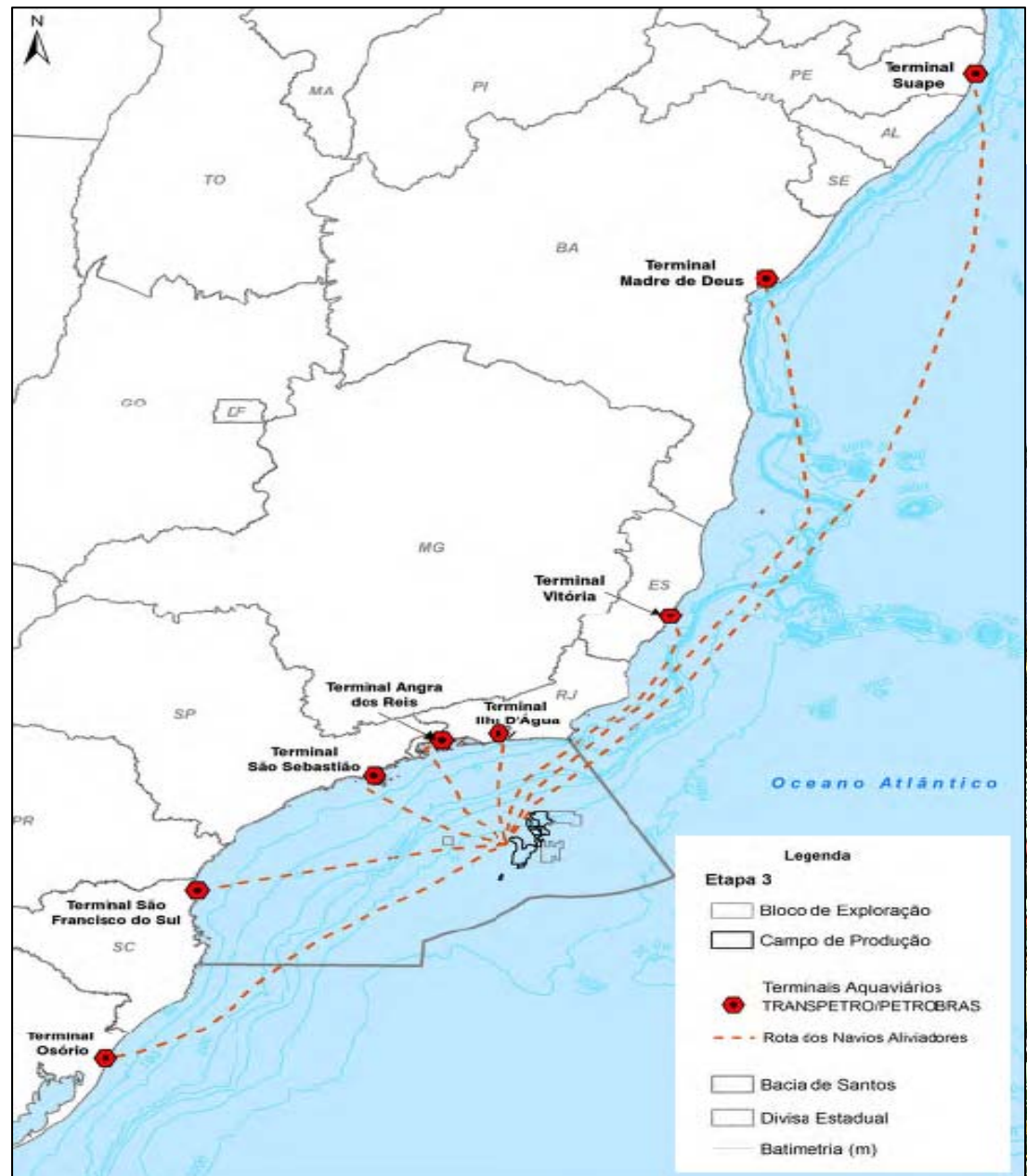
BASES DE APOIO DA BACIA DE SANTOS

Base de Apoio	Município	Pós-sal				Pré-sal				TLD Libra
		Merluza	Mexilhão	Uruguá e Tambaú	Baúna Piracaba	Piloto de Lula	Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3	
Marítima	Niterói/RJ									
	Rio de Janeiro/RJ									
	Itajaí/SC									
Aérea	Cabo Frio/RJ									
	Jacarepaguá/RJ									
	Itanhaém/SP									
	Navegantes/SC									

- Alta intensidade de uso registrada
- Baixa intensidade de uso registrada

TRANSPORTE DE PETRÓLEO

- Petróleo pode ser transportado para terminais na costa brasileira ou exportado para fora do país
- O transporte de petróleo não faz parte do licenciamento do Pré-sal



TRANSPORTE DE PETRÓLEO – trecho do parecer técnico IBAMA nº 171/2018

Os esclarecimentos foram prestados através da Informação Técnica nº 9/2018-CGEMA/DIPRO (SEI nº 2614835). Segundo este documento, o atual sistema de controle tem por base a Lei Complementar nº 140/2011. Neste sentido, ainda foi encaminhado pela DILIC/IBAMA, para ciência e observância, o Parecer nº 006/2012/asb/GABIN/PFE/IBAMA-SEDE/PGF/AGU de 30.4.2012 (SEI nº 2774704), que destaca que *“da redação da norma [LC 140/2011], depreende-se que o legislador tratou do licenciamento e do controle ambiental como institutos distintos do poder de polícia ambiental”*. Assim, *“... o transporte de produtos perigosos não está submetido ao processo de licenciamento ambiental estabelecido na Resolução CONAMA 237/97. A própria norma operou o destaque da atividade do rol de atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental [inciso XIV] e estabeleceu que ela se subordina a um procedimento de controle, sem as amarras próprias do licenciamento ambiental. A própria norma estabeleceu um novo procedimento para o poder ambiental prévio direcionado à atividade de transporte de produtos perigosos, cumprindo a indicação do art. 12 da Resolução CONAMA.”* (Grifo nosso).

Com base nestas determinações da Lei Complementar nº 140/2011, a Autorização Ambiental para Transporte de Produtos Perigosos é o documento emitido pelo IBAMA, desde 10 de junho 2012, obrigatório para o exercício da atividade de transporte marítimo de produtos perigosos, conforme a Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 9 de maio de 2012 (IN 05/2012) e suas atualizações. No IBAMA, a responsabilidade por estas autorizações é da Diretoria de Proteção Ambiental, que verifica as medidas mitigadoras adotadas pelo poluidor no caso de vazamentos.

INTERFERÊNCIA NA ATIVIDADE PESQUEIRA ARTESANAL PELO VAZAMENTO DE ÓLEO NO MAR



Nota-se que os critérios para definir as áreas de pesca impactadas pelos acidentes decorrentes de vazamento de óleo levam em conta, somente a sobreposição das áreas utilizadas pela frota pesqueira artesanal em relação à área atingida pelo óleo, não havendo qualquer abordagem em relação à interferência do óleo sobre os recursos pesqueiros diretamente utilizados pelos pescadores, o que subdimensiona os efeitos negativos sobre a atividade pesqueira artesanal. Como mencionado anteriormente, uma vez que os impactos potenciais sobre o nécton foram considerados pelo próprio EIA como de grande importância, é imprescindível relacionar as consequências deste impacto sobre a atividade pesqueira. Diversos produtos pesqueiros que são significativos para pesca artesanal e industrial têm sua ampla distribuição tanto longitudinal, quanto latitudinalmente, fazendo com que suas populações sejam atingidas direta e indiretamente pela mancha de óleo. Uma análise de sobreposição da atividade de exploração e área de pesca não mostra e nem estima os possíveis impactos sobre as populações de produtos pesqueiros.

Os exemplos supracitados demonstram a fragilidade da abordagem sobre os impactos Socioeconômicos no EIA, principalmente incidentes sobre a pesca, pois os fatores de impacto são considerados cumulativos, indutores e sinérgicos, levando em consideração os meios biótico e físico. No entanto, é necessário considerar que havendo sinergia de impactos do potencial derramamento de hidrocarbonetos, haverá uma cascata de eventos na cadeia trófica que culminará com danos potencialmente irreversíveis para a comunidade pesqueira.

OK – impacto
reescrito

INTERFERÊNCIA NA ATIVIDADE PESQUEIRA ARTESANAL PELO VAZAMENTO DE ÓLEO NO MAR

1991) (Figura 2). Vazamentos que afetem estas áreas, especialmente nos meses de intensa atividade reprodutiva, poderão resultar em redução da população e consequentemente do estoque pesqueiro, afetando diretamente a pesca artesanal.

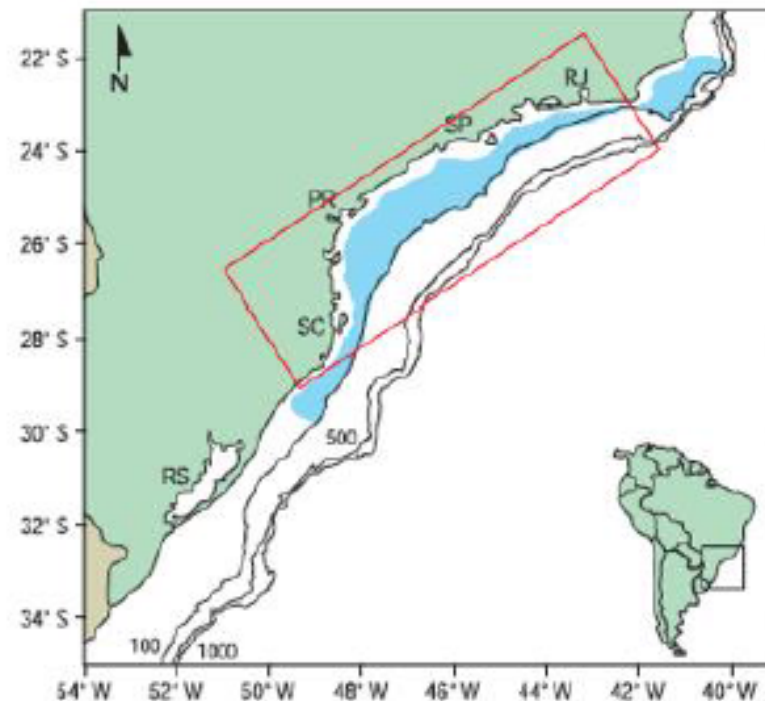


Figura 1 - Distribuição de *Sardinella brasiliensis* no Atlântico Oeste entre os paralelos 22 e 35°S e na Área de Estudo (polígono vermelho).

Fonte: [CERGOLE et. al., \(2005\)](#).

INTERFERÊNCIA NA ATIVIDADE PESQUEIRA ARTESANAL PELO VAZAMENTO DE ÓLEO NO MAR



Adicionalmente ao Diagnóstico Ambiental dos recursos pesqueiros, que se concentra na Bacia de Santos (área de estudo), a Análise de Vulnerabilidade do presente EIA (Anexo II.10.4.2.1-1) estabeleceu como área suscetível ao óleo todo o polígono com alguma probabilidade de toque do óleo (entre 1 e 100%), área esta que vai desde Quissamã (RJ) até Arraial do Norte (RS). Nesta análise, considerando 100% de toque do óleo sobre o fator ambiental peixes, cuja sensibilidade ao óleo foi definida como média, o estudo definiu a ictiofauna como de alta vulnerabilidade aos vazamentos de óleo. Esta vulnerabilidade se reflete também na pesca artesanal já que poderá se refletir na depleção da pesca nas áreas afetadas pelo vazamento.

CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO



(...)

Na Seção II.4 - Área de Estudo, segundo o critério: "V. Municípios que desenvolvam atividades econômicas em áreas suscetíveis aos impactos decorrentes de vazamentos de óleo" para delimitação da Área de Estudo do Meio Socioeconômico, a definição dos municípios que têm a pesca artesanal afetada pelo empreendimento se deu pelo cruzamento das áreas de pesca de cada município constante nos relatórios do PCSPA, com as áreas suscetíveis aos impactos decorrentes de potenciais vazamentos para o mar, considerando probabilidades de ocorrência de óleo > ou igual 30% e tempo de chegada do óleo < ou igual 7 dias (168 horas) para o pior cenário de vazamento simulado. Além disso, foi verificado o número de visitas citadas em cada quadrante da área de pesca total de cada município para determinar a real necessidade de diagnosticá-los. Diante desses critérios, somente os municípios de Maricá, Niterói, São Gonçalo e Paraty, todos no Estado do Rio de Janeiro, foram considerados como potencialmente impactados pelo empreendimento, sendo que outros municípios em que não foi identificada sobreposição de áreas de uso ou em que houve sobreposição, mas com baixa frequência, foram desconsiderados. Consideramos a avaliação subdimensionada, sendo necessária apresentar justificativas para o uso da relação da frequência com a probabilidade de ocorrência, assim como deve ser esclarecido a razão pelo uso de probabilidade de ocorrência de óleo > ou igual 30%.

CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO



- É necessário focar

Um dos critérios para identificação da área de estudo do meio físico e biótico diz respeito às áreas suscetíveis aos impactos decorrentes de vazamentos de óleo e definidas a partir dos resultados de modelagens, conforme definido no item II.6.2.2 – Modelagem da dispersão de óleo. O próprio TR 11/2015 instrui que devem ser consideradas áreas marinhas que possam ser atingidas pelos maiores volumes de óleo ou que venham a apresentar maior probabilidade de ocorrência de óleo, assim como áreas costeiras que possam ser atingidas, segundo os critérios de maior probabilidade de toque, áreas onde o toque é mais rápido ou áreas onde chegam os maiores volumes.

A proposta de corte considerando tempo de chegada do óleo até 7 dias e probabilidade de 30% em função da modelagem para mapear a área de estudo do meio físico e biótico (áreas suscetíveis aos impactos decorrentes de potenciais vazamentos de óleo) foi apresentada previamente, tendo sido considerada razoável pelo Ibama, conforme Anexo II.4.1.1 do EIA (OF 03419.15.85 Ata de reunião 076.15.05 - Esclarecimentos TR 011.15 Etapa 3). Trata-se de uma proposta bastante conservadora, derivada de EIAs de atividades do E&P na costa brasileira. Como se tratam de resultados obtidos em um estudo de modelagem, na faixa de 0 a 30% as previsões indicam uma baixa probabilidade acerca do toque e, na definição da área de estudo, ao se estabelecer o escopo, é necessário identificar aquelas áreas que seriam mais relevantes.

Ubatuba consta na área de estudo também pela sobreposição da atividade pesqueira com a área mais suscetível a grandes vazamentos.

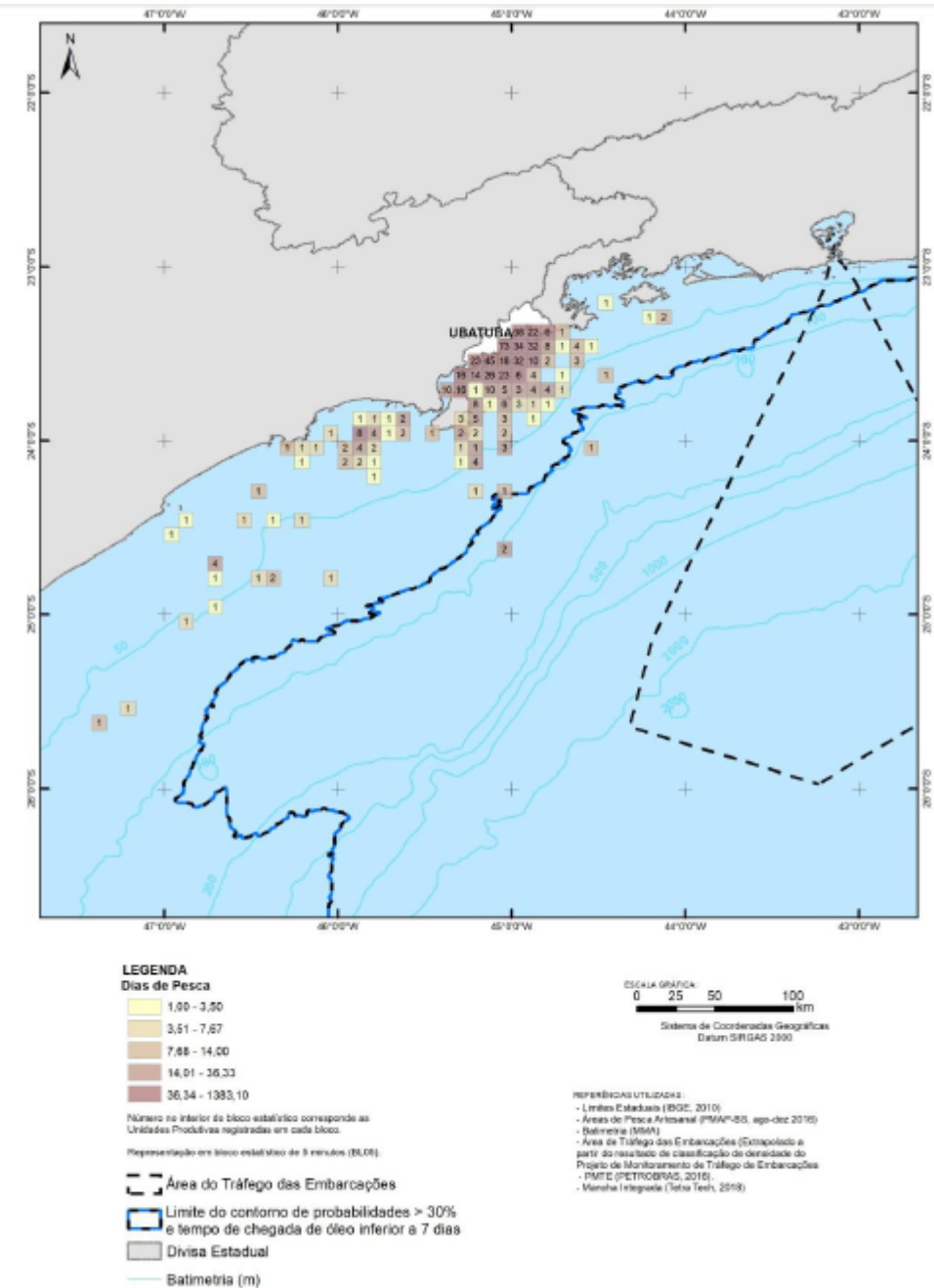


Figura 4 – Área de pesca artesanal de Ubatuba -SP – Agosto a Dezembro de 2016

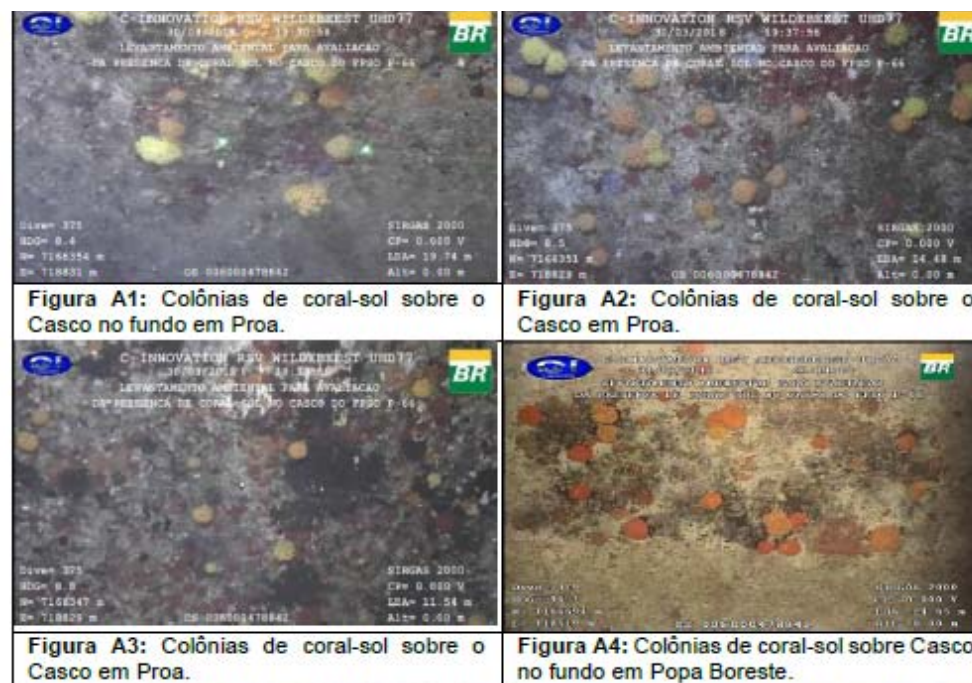
- INTRODUÇÃO DE ESPÉCIES EXÓTICAS

Consideramos que a introdução e/ou disseminação de *Tubastraea* sp. via transporte dos FPSOs é um aspecto ambiental importante do projeto. Por outro lado, eventuais impactos sobre comunidades biológicas nativas decorrentes de tal aspecto necessitam de comprovação da efetividade para que não reste dúvidas sobre a alteração negativa da qualidade do fator ambiental analisado, especialmente em ambiente offshore. Isto significa dizer que para que um impacto ambiental (ex. perda de diversidade biológica local) seja classificado como efetivo sobre um determinado fator ambiental (ex. comunidade bentônica costeira), é necessário haver evidências incontestáveis sobre o distúrbio ou dano decorrente da incidência do aspecto ambiental analisado (introdução e/ou disseminação de espécies exóticas invasoras), que deverá, ainda, ser classificado quanto à importância em função da magnitude do impacto e da sensibilidade do fator afetado.

CORAL-SOL

Execução do Programa de Controle e Prevenção de Espécies Exóticas Invasoras (PCPEX) do Polo Pré-sal da Bacia de Santos

1. Executar ações de prevenção e controle da bioincrustação nas novas UEPs em construção;
2. Avaliar a presença ou ausência de coral-sol nas novas UEPs em operação;
3. Executar ações de gerenciamento da bioincrustação da frota das embarcações de apoio.



ANÁLISE DE RISCO AMBIENTAL - BLOWOUT

Foi adicionado o cenário acidental de *blowout* (vazamento de 10.000 m³/d, durante 30 dias), em poço com Árvore de Natal Molhada e coluna de produção (Cenário Acidental 28 no FPSO Teórico e Cenário Acidental 27 no FPSO Genérico). Essa análise está apresentada na Revisão 01 do capítulo de Análise e Gerenciamento de Riscos, anexa aos esclarecimentos do Parecer nº 23/2018 do IBAMA.

Com relação à análise e proposta de gerenciamento em caso de *blowout*, incluindo o caso em que o sistema Blowout Preventer (BOP) não funcione, essa é apresentada no Anexo II.3.5.14-1 – Orientações Gerais para Resposta à Blowout do PEVO da AGBS, no qual estão descritas todas as ações relacionadas à potencialidade do *blowout*, tais como:

- ações de perfuração de poço de alívio;
- instalação de equipamento de bloqueio;
- coleta (direcionar o fluxo de liberação de fluidos não para o mar e sim para um sistema de produção).

COMO FICOU A ÁREA DE ESTUDO

Quadro II.4.4-1 – Relação dos municípios que integram a Área de Estudo do Meio Socioeconômico.

Estados	Critérios Indicados pelo Termo de Referência para definição de Área de Estudo										
	Municípios selecionados	Infraestrutura de apoio ao desenvolvimento das atividades de planejamento, instalação, operação e desativação. Incluídos aqueles municípios que pertençam a mesma área geoeconômica e compartilhem o uso das infraestruturas.					Municípios que desenvolvam atividades econômicas, como pesca, aquicultura, turismo, dentre outros, em áreas comuns àquelas onde as atividades previstas para instalação, operação e desativação.		Municípios que devem ter sua infraestrutura, serviços e equipamentos públicos demandados diretamente durante as fases de planejamento, instalação, operação e desativação. Incluídos aqueles municípios que pertençam a mesma área geoeconômica e possuam homogeneidade social e complementariedade econômica.	Municípios que tenham previsão de se tornarem beneficiários de royalties pelo critério de serem confrontantes à área de produção. Incluídos aqueles municípios que pertençam a mesma área geoeconômica e possuam homogeneidade social e complementariedade econômica.	Municípios que desenvolvam atividades econômicas em áreas suscetíveis aos impactos decorrentes de vazamentos de óleo
		Aeroportos	Portos	Centros administrativos	Gasodutos de exportação	Unidades de tratamento de gás (TECAB, COMPERJ e UTGCA)	Pesca / Aquicultura	Turismo			
RJ	Macaé			X	X	X			X		
	Rio das Ostras								X ¹		
	Cabo Frio	X							X		
	Arraial do Cabo								X ¹	X	
	Araruama									X	
	Saquarema									X	
	Maricá				X		X			X	X
	Niterói		X				X	X	X	X	X
	São Gonçalo						X		X ¹		X
	Itaboraí				X	X	X		X		
	Magé						X				
	Duque de Caxias						X				
	Rio de Janeiro	X	X	X			X	X	X		
	Itaguaí						X				
	Mangaratiba						X				
	Angra dos Reis						X				
Paraty						X				X	

(Continua)

COMO FICOU A ÁREA DE ESTUDO

Quadro II.4.4-1 (Conclusão)

Estados	Critérios indicados pelo Termo de Referência para definição de Área de Estudo										
	Municípios selecionados	Infraestrutura de apoio ao desenvolvimento das atividades de planejamento, instalação, operação e desativação. Incluídos aqueles municípios que pertençam a mesma área geoeconômica e compartilhem o uso das infraestruturas.					Municípios que desenvolvam atividades econômicas, como pesca, aquicultura, turismo, dentre outros, em áreas comuns àquelas onde as atividades previstas para instalação, operação e desativação.		Municípios que devem ter sua infraestrutura, serviços e equipamentos públicos demandados diretamente durante as fases de planejamento, instalação, operação e desativação. Incluídos aqueles municípios que pertençam a mesma área geoeconômica e possuam homogeneidade social e complementariedade econômica.	Municípios que tenham previsão de se tornarem beneficiários de royalties pelo critério de serem confrontantes à área de produção. Incluídos aqueles municípios que pertençam a mesma área geoeconômica e possuam homogeneidade social e complementariedade econômica.	Municípios que desenvolvam atividades econômicas em áreas suscetíveis aos impactos decorrentes de vazamentos de óleo
		Aeroportos	Portos	Centros administrativos	Gasodutos de exportação	Unidades de tratamento de gás (TECAB, COMPERJ e UTGCA)	Pesca / Aquicultura	Turismo			
SP	Ubatuba								X ¹		
	Caraguatatuba				X	X			X		
	Ilhabela									X	
	São Sebastião								X ¹		
	Santos			X					X		
	Itanhaém	X							X		
	Cananéia									X	

Nota: ¹ - Estes municípios fazem parte da área geoeconômica daqueles que entraram pelos critérios diretos.

COMO FICOU A ÁREA DE INFLUÊNCIA

Municípios da Área de Influência do meio socioeconômico.

Estados	Critérios indicados pelo Termo de Referência para definição de Área de Influência									
	Municípios selecionados	I) Infraestrutura de apoio ao desenvolvimento das atividades de planejamento, instalação, operação e desativação. Incluídos aqueles municípios que pertençam a mesma área geoeconômica e compartilhem o uso das infraestruturas.					II) Municípios que desenvolvam atividades econômicas, como pesca, aquicultura, turismo, dentre outros, em áreas comuns àquelas onde as atividades previstas para instalação, operação e desativação.		III) Municípios que devem ter sua infraestrutura, serviços e equipamentos públicos demandados diretamente durante as fases de planejamento, instalação, operação e desativação. Incluídos aqueles municípios que pertençam a mesma área geoeconômica e possuam homogeneidade social e complementariedade econômica.	IV) Municípios que tenham previsão de se tornarem beneficiários de royalties pelo critério de serem confrontantes à área de produção. Incluídos aqueles municípios que pertençam a mesma área geoeconômica e possuam homogeneidade social e complementariedade econômica.
		Aeroportos	Portos	Centros administrativos	Gasodutos de exportação	Unidades de tratamento de gás (TECAB, COMPERJ e UTGCA)	Pesca / Aquicultura	Turismo		
RJ	Macaé			X	X	X			X	
	Cabo Frio	X								
	Arraial do Cabo	X					X			X
	Araruama									X
	Saquarema									X
	Maricá				X		X			X
	Niterói		X				X	X	X	X
	São Gonçalo						X		X ¹	
	Itaboraí				X	X	X		X	
	Magé						X			
	Duque de Caxias		X						X	
	Rio de Janeiro	X	X	X			X	X	X	
	Angra dos Reis						X			
SP	Paraty						X			
	Ubatuba								X ¹	
	Caraguatatuba				X	X			X	
	Ilhabela									X
	São Sebastião								X ¹	
	Santos			X						
	Itanhaém	X								
	Cananéia									X

Nota: ¹ - Estes municípios fazem parte da área geoeconômica daqueles que entraram pelos critérios diretos.

OBRIGADO!

0800 770 0112

comunica.uobs@petrobras.com.br

www.comunicabaciadesantos.com.br

